

## Introdução ao Estudo do Direito I

1.º Ano, Turno da Noite / 19 de janeiro de 2017; 19h00

### I

Imagine que o Governo aprovou, no mesmo dia, dois decretos-leis. O Decreto-Lei Z continha uma disposição com o seguinte texto: «*Estão isentos do pagamento de propinas todos os estudantes estrangeiros oriundos do país X que frequentem cursos de engenharia em universidades públicas portuguesas*». A razão para este diploma consistia, como se podia ler no respetivo preambulo, em o país X ser um país estratégico nas relações económicas de Portugal, em parceria com o qual se pretendia construir uma grande barragem e respetiva central hidroelétrica.

Através do Decreto-Lei Y, o Governo aprovou o regime de execução das penas de prisão, em que se incluía uma disposição com o seguinte teor: «*Em caso de bom comportamento do preso poderá ao mesmo ser atribuída liberdade condicional, após o cumprimento de 2/3 da pena*». Uma outra disposição do mesmo diploma dispunha o seguinte: «*É vedado, antes do cumprimento de 2/3 da pena, quaisquer licenças precárias, salvo nos seguintes casos: a) assistência a pais idosos com mais de setenta anos; b) assistência a filhos menores*». Finalmente uma outra disposição consignava o seguinte: «*Entende-se por licença precária a autorização de saída do prisioneiro do estabelecimento prisional onde esteja detido por períodos não superiores a 48 horas*».

- a) Identifique a previsão e a estatuição de cada uma das normas indicadas e classifique as mesmas normas (2 v.).

Primeira norma – previsão: estudantes estrangeiros oriundos do país X que frequentem cursos de engenharia em universidade públicas portuguesas; estatuição: estão isentos do pagamento de propinas; classificação: norma permissiva e excecional.

Segunda norma – previsão: bom comportamento e cumprimento de 2/3 da pena; estatuição: poderá ser atribuída liberdade condicional; classificação: norma permissiva.

Terceira norma – previsão: período anterior ao cumprimento de 2/3 da pena; estatuição: proibição de licenças precárias; classificação: norma penal, norma proibitiva.

Quarta norma – previsão: assistência a pais idosos e a filhos menores; estatuição: possibilidade de atribuição de licença precária; classificação: norma permissiva, norma excecional.

Quinta norma – norma não autónoma; definição legal.

- b) Alberto, nacional do país X a estudar gestão de empresas numa universidade pública em Portugal, pretende obter a isenção de propinas ao abrigo do Decreto-Lei Z. Acha possível? (4 v.)

Exceção substancial; impossibilidade de analogia à luz do artigo 11.º CC.

- c) Bento, que já cumpriu metade da pena, pretende obter uma licença precária para visitar o seu pai, com sessenta e cinco anos e vítima de uma doença terminal. Tem direito a ela? (4 v.)

Exceção formal; possibilidade de analogia; interpretação restritiva do artigo 11.º CC.

## II

Responda a apenas duas das seguintes questões:

- a) Como diferenciar entre precedente persuasivo e precedente obrigatório? (2 v.)

Precedente persuasivo não constitui fonte de direito, fundando-se na força dos argumentos. Importância do precedente obrigatório nos sistemas de common law.

- b) Qual a diferença entre uso, desuso e costume *praeter legem*? (2 v.)

Mera repetição de comportamentos, grandeza negativa consistente na não observância de determinada lei, adoção de comportamentos para além do previsto na lei. Presença de todas estas figuras no ordenamento nacional.

- c) Qual a diferença entre interpretação restritiva e redução teleológica? (2 v.)

Artigo 9.º, n.º 2, CC

## III

Desenvolva um, e só um, dos seguintes temas:

- a) O modelo de aplicação subsuntiva do direito não foi superado totalmente; apenas se reconhece que o mesmo não se ajusta a um número crescente de normas. (4 v.)

Impossibilidade de silogismo judiciário em relação a todas as normas, em número cada vez maior, que incluem conceitos indeterminados e cláusulas gerais. Não obstante, subsistência de normas que admitem subsunção; exemplos.

- b) A nossa Constituição não permite a uniformização da jurisprudência. (4 v.)

Afirmação apenas correta quanto aos assentos; razões da sua revogação e inconstitucionalidade; outras formas de uniformização (recurso ampliado de revista; recurso por oposição de julgados).

Redação e sistematização: 2 v.

Duração: 2h.